



## Bancada Parlamentar

---



# DISCURSO DE ENCERRAMENTO DA III SESSÃO ORDINÁRIA DA IX LEGISLATURA

Lutero Simango

Maputo, 14 de Maio de  
2021



**BANCADA PARLAMENTAR**

**DISCURSO DE ENCERRAMENTO DA 3ª  
SESSÃO DA 9ª LEGISLATURA**

**SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
DA REPÚBLICA,**

**SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO DO  
GOVERNO DE MOÇAMBIQUE,**

**SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO  
PERMANENTE DA ASSEMBLEIA DA  
REPÚBLICA,**

**SENHORAS DEPUTADAS E SENHORES  
DEPUTADOS,**

**SENHORES MINISTROS,**

**SENHORES VICE-MINISTROS,**

**DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS,  
MILITARES E RELIGIOSAS,**

**SENHORES MEMBROS DIRIGENTES DOS  
ÓRGÃOS JUDICIAIS DE MOÇAMBIQUE,**

**SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO  
MUNICIPAL DA CIDADE DE MAPUTO,**

**SENHORES REPRESENTANTES DE  
PARTIDOS POLITICOS,**

**SENHORES MEMBROS DO CORPO  
DIPLOMÁTICO,**

**SENHORES MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE  
COMUNICAÇÃO SOCIAL,**

**CAROS CONVIDADOS,**

**MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,**

## **EXCELÊNCIAS,**

Permitam-nos neste momento derradeiro do encerramento desta sessão, saudar os moçambicanos e moçambicanas pela persistência e resiliência neste período tão delicado, preocupante e desafiador.

Ao saudarmos os nossos concidadãos, queremos renovar e transmitir o nosso compromisso de sempre, de luta pela defesa dos altos interesses e da dignidade dos moçambicanos.

A dignidade e honra dos moçambicanos não podem e nem devem ser postas na praça financeira nem na hasta pública.

A defesa da soberania é da responsabilidade de todos moçambicanos; cada um no seu campo de acção, complementando a acção do outro.

A defesa da soberania pode ser desenvolvida em todas as esferas da vida social; na área militar, política, económica, social, desportiva, cultural, artístico e jornalística. Não pode haver tabú na discussão das matérias relacionadas com a defesa da soberania.

Não pode haver tabú em discutir o que está acontecendo em Cabo Delgado; em Tete; em Manica ou em Sofala. Somos um todo.

O sucesso da defesa da soberania passa necessariamente pela mobilização generalizada e consciencialização de todos através de um debate político, franco e nacionalista nesta casa do Povo.

Questionar os custos e gastos financeiros na contratação de empresas de segurança para fazer face à situação militar que se vive na Província de Cabo Delgado não é nenhuma abordagem de estratégia militar. Nós entendemos que a abordagem da situação militar de Cabo Delgado deve ser holística, envolvendo todos os saberes.

A Assembleia da República, além de ser um órgão legislativo, tem a responsabilidade de aprovar o Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado respectivamente assim como fiscalizar os actos governativos.

Os que recusam debater sobre os custos e gastos da empreitada destas empresas de segurança contratadas no teatro do conflito na província de Cabo Delgado são os mesmos que apadrinharam as operações financeiras de Ematum, Proindicus

e MAM, criando dívidas ocultas e descrédito do país na praça internacional financeira, incluindo a desestabilização financeira de muitas empresas nacionais e o desemprego provocando convulsões sociais.

É por demais estranho que enquanto parlamentares, no nosso país, estamos sujeitos a autocensura na abordagem de problemas que afectam militarmente a província de Cabo Delgado e as inquietações legítimas do envolvimento de empresas privadas de segurança com carácter militar e bélico, nos países que manifestam interesse de nos ajudar na segurança e defesa da soberania nacional contra o terrorismo na Província de Cabo Delgado os Parlamentos desenvolvem debates e convergem na abordagem de mobilização de apoios. Esperamos que amanhã não sejamos surpreendidos com outras operações financeiras sem conhecimento da Assembleia da República, pois entendemos que a presença destas empresas não é grátis, tem custos e dividendos. Também obscuros!

Temos a plena consciência da nobre missão dos jovens militares que noite e dia confrontam os terroristas, defendendo o território nacional e a bandeira que cobre a cada um de nós.

Nesta nobre missão, sacrificam os seus direitos, liberdades e a própria vida.

Reconhecendo este sacrifício, prestamos a nossa vénia e asseguramos que na retaguarda faremos todo o possível, para que as Forças da Defesa e Segurança sejam orientadas por uma política nacional republicana que garanta a sua modernização.

Que fique bem claro, nós a Bancada Parlamentar do MDM temos a noção de que um Estado sem Forças da Defesa e Segurança não dispõe de soberania. E que, se as Forças da Defesa e Segurança forem insuficientes ou desadequadas às necessidades de Moçambique, podem transformar-se num factor perturbador da sua estabilidade, o que também acontecerá se o moral do seu pessoal estiver afectado e sem motivação suficiente para arriscar a sua vida na defesa dos interesses do país.

Nessas condições os valores militares dos homens e mulheres que nelas servem poderão entrar em degradação, o que as tornará num perigo para o próprio Estado.

Por isso, hoje, na era da regionalização e globalização, a cooperação militar e operações conjuntas para a defesa comum é um imperativo que pode assegurar a paz e desenvolver um

combate sem tréguas contra o terrorismo mundial. Cabo Delgado é um problema da humanidade e da civilização humana que deve ser enfrentado por todos.

O espírito da boa vizinhança, segurança regional e a defesa da nossa soberania devem motivar-nos a aceitar a participação da SADC, como região, na luta contra os terroristas que estão criando caos e desordem na organização territorial do Estado Moçambicano.

Cabo Delgado é parte integrante de Moçambique, e seus filhos fazem parte do todo que compõe a SADC e a humanidade na sua globalidade. Temos que entender que esta luta não é só nossa, é uma luta em defesa da soberania humana contra quem destrói, decapita e compromete o progresso humano em nome de dogmas religiosos.

A Bancada Parlamentar do MDM manifesta a sua solidariedade com as vítimas das sevícias dos terroristas e a população em geral da Província de Cabo Delgado.

Manifestamos a nossa solidariedade com as crianças, jovens e mulheres que se encontram nos centros de deslocados, e renovamos o espírito de esperança e melhores dias.



Excelências,

Moçambique esta sendo um laboratório de conflitos intermináveis. As últimas notícias que nos chegam da Província de Tete sobre ataques armados obrigam-nos a questionar o *modus vivend* da nossa sociedade e a cultura da violência imposta e instalada.

Temos que ter a ousadia de promover um diálogo sério, honesto, franco para falamos da reconciliação nacional em todas vertentes.

Uma reconciliação nacional não envolvente, ignorando as vítimas, ignorando as viúvas, ignorando os órfãos, ignorando os que ficaram com seus bens destruídos é meramente uma reconciliação de miragem, que adia a hora de nos abraçarmos e de nos reconciliarmos de forma sustentável.

O futuro da nossa nação depende da forma como os Homens de hoje se preparam e olham para o futuro.

A situação político militar na zona centro requer uma atitude de engajamento e não de intimidações. A nossa história demonstra que jamais a intimidação logrou vencer a vontade de viver livre, numa sociedade justa, de direitos, deveres e

obrigações. Só olhando para o passado é que podemos perspectivar com sabedoria o nosso futuro.

Queremos reiterar a nossa solidariedade com populações da zona centro que durante décadas tem vivido constantemente sob o espectro de ameaças e intimidações de violências armadas.

Senhora Presidente da Assembleia da República,

Senhor Primeiro Ministros,

Caros Meus Pares,

Na Sessão Ordinária passada deste órgão legislativo, em Dezembro de 2020, foi constituída uma nova Comissão Nacional de Eleições, CNE.

Como é sabido, a CNE tem a responsabilidade de preparar e conduzir o processo eleitoral a luz do Pacote Eleitoral e da Constituição da República.

Para o ano 2024, os Moçambicanos serão chamados para exercer o seu direito constitucional de eleger seus representantes para vários escalões de governação, incluindo

Administradores Distritais e Governadores Provinciais respectivamente.

Gostaríamos de partilhar a nossa humilde reflexão, não acabada, sobre a acção governativa descentralizada depois da eleição simultânea dos Administradores Distritais e Governadores Provinciais em 2024.

Preocupa-nos o que vai acontecer em termos práticos e concretos depois das eleições de 2024 no concernente a governação descentralizada nas províncias em que os administradores distritais e governadores são eleitos para exercer o poder governativo no mesmo espaço territorial. Sabendo que a acção governativa é exercida na base de território e população, que acção política terá o Governador da Província numa situação em que os Administradores Distritais Eleitos terão o domínio e o controle político administrativo dos distritos que governam com a legitimidade democrática e na letra da governação descentralizada.

Já o havíamos afirmado e não nos cansamos de reafirmar:

Nesta esteira da governação descentralizada preconizada pela emenda constitucional, depois de 2024 teremos um Governador da Província sem território e população. Para

sanear toda esta falta de coerência, que mina uma verdadeira governação descentralizada e desconcentrada, urge, para o bem do funcionamento do Estado, e de adição de um valor acrescentado para o processo da democratização, visitar o pacote da descentralização, aproveitando as lições que se vivem hoje na sua implementação, para tornar o processo da governação descentralizada mais harmonioso. É preciso, desde já, e é urgente, que se elimine as zonas de penumbra.

Associado a tudo isto, é imperativo que a Constituição da República seja revista e fortalecido com princípios Republicanos, de separação de Poderes e respeito pelas liberdades individuais e de associação, respeito pela concorrência no mercado, respeito pela independência do sistema judiciário e tendo o Homem como o centro da acção.

A revisão global da Constituição da República de Moçambique é um imperativo nacional para reinventar o Estado Moçambicano e buscar as sinergias para uma verdadeira Reconciliação Nacional e construção de bases sólidas para uma nação democrática, próspera, coesa e desenvolvida.

O futuro da nação não pode ser adiado.

Excelências,

A Covid-19 continua a constituir uma ameaça a saúde pública e um factor negativo nas economias mundiais incluindo a nossa.

Para o sucesso da implementação do novo normal imposto pela Covid-19, no caso concreto de Moçambique, requer-se o apoio para reanimar as pequenas e medias empresas assim como as economias familiares, os artistas, o turismo para poderem garantir a circulação dos produtos no mercado e os postos de trabalho. Mais que nunca, a justiça social; políticas concretas para o empoderamento da Juventude e o combate contra todas tendências de corrupção, devem ser a prática governativa para mitigar o sofrimento de muitos devido ao impacto negativo da Covid-19.

Por outro lado, os juros bancários devem ser revistos para permitir que o mercado financeiro seja favorável para incrementar os negócios e circulação de produtos, assim como promover a injeção financeira nos sectores produtivos, de construção, comércio e serviços.

Passado mais que doze meses neste combate contra a Covid-19, pode se concluir que o que está em jogo é: as vidas dos moçambicanos, a economia, a educação das nossas crianças e a nossa própria capacidade como país para manter este combate.

Cada um de nós tem a responsabilidade de se proteger cumprindo as medidas de prevenção sobejamente conhecidas.

Reconhecemos e encorajamos o processo da vacinação em curso.

Exortamos a sua adesão como o contributo de combater este coronavírus e tornar o nosso povo preparado, de forma a ter a imunidade necessária para fazer face a Covid-19.

Queremos reconhecer o esforço e a dedicação do pessoal médico e paramédico, os enfermeiros, agentes de saúde e trabalhadores de saúde em geral pelo sacrifício, responsabilidade e zelo no tratamento e assistência aos pacientes de Covid-19.

Excelências,

No passado dia 1 de Maio, foi celebrado o Dia Internacional dos Trabalhadores. Foi uma celebração sem o brilho de costume.

Foi uma celebração num ambiente de restrições impostas pela Covid-19.

A voz silenciosa e de revolta do trabalhador neste dia se resume na luta pelas condições de trabalho, pelo salário digno, capaz de satisfazer as necessidades básicas e suas poupanças; pelo transporte público digno de acordo com o novo Normal; pela justiça social; pela canalização devida da sua contribuição para INSS; pela maior intervenção do INSS na garantia social em momentos de crise; pelo cumprimento do horário laboral; pela segurança e higiene no trabalho; pela criação de sindicatos livres e independentes da manipulação política e; pela retoma da concertação social para o ajustamento do salário.

A partir deste pódio queremos saudar a todos trabalhadores de Moçambique e reafirmar que somos solidários com a luta dos trabalhadores para uma vida melhor e um salário justo; e que o salário mínimo satisfaça as necessidades básicas.

Bem haja trabalhadores de Moçambique.

Excelências,

No dia 3 de Maio foi celebrado o Dia Internacional da Liberdade de Imprensa. Saudamos todos profissionais da mídia de investigação e jornalistas.

Temos a plena consciência de que a informação é um poder, e por isso qualquer tentativa de controlar ou censurar os órgãos de comunicação social deve ser condenada e impedida.

As conquistas alcançadas neste domínio no nosso país devem ser preservadas, ampliadas e defendidas. “Não se pode pôr algemas as palavras” – bem o dizia o saudoso jornalista Carlos Cardoso.

A Bancada Parlamentar do MDM estará atenta para que a liberdade de imprensa em Moçambique não seja capturada ou amordaçada. Estamos atentos!

A luta pela liberdade de imprensa deve ser permanente e constante.

A democracia só pode sobreviver com uma imprensa livre e vibrante.



Bem-haja a liberdade de imprensa.

Senhora Presidente da Assembleia da República,

Senhor Primeiro Ministro,

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A situação económica do nosso país não goza de boa saúde.

As incursões armadas no centro do país e a presença dos terroristas na Província de Cabo Delgado constituem uma ameaça forte e um travão a fundo ao desenvolvimento nacional.

A destruição de infra-estruturas públicas e privadas; assassinato de técnicos e pessoal qualificados nacionais; chacina de populações inocentes; provocação de êxodo, de saída de populações para zonas seguras é um revés de uma

população que sonhava melhores tempos e destruição de um sonho de bem-estar.

A suspensão parcial das actividades no Projecto de Gás por parte de Total no Afungi é uma sinalização negativa para economia local, o conteúdo nacional e a provisão de receitas fiscais.

Os empregos directos e indirectos estão sendo afectados.

O Governo do Dia tem a responsabilidade de partilhar a informação do que está a acontecer no país e com maior destaque na Província de Cabo Delgado nesta augusta casa do Povo Moçambicano.

Os deputados da Assembleia da República não podem estar sujeitos ou a consumir informações que circulam na praça pública.

Que fique claro que os deputados do povo, na sua livre consciência não aceitam ser coniventes com o atraso, o subdesenvolvimento, a pobreza e a violação sistemática da Constituição da República.

A situação de Cabo Delgado preocupa -nos!

Excelências,

Ao longo da Sessão tivemos o privilégio de interagir com a Procuradoria-Geral da República sobre o estado da justiça em Moçambique.

Ficou evidente que há falta de vontade política de esclarecer e julgar o caso das dívidas não autorizadas, sobejamente conhecidas como dívidas ocultas.

Pela duração do tempo e as démarches em curso, tudo indica que há uma deliberada luta de gestão do tempo. É a repetição da história do réu, do rei e do burro.

O combate a corrupção e lavagem de capital continua ser uma miragem pois a verdadeira teia da corrupção contínua intacta e a passear a sua classe.

A justiça no nosso país continua sendo forte para os fracos; e fraca para os fortes.

Excelências,

No passado dia 22 de Fevereiro do corrente ano o Presidente e Fundador do MDM, Engenheiro Daviz Mbepo Simango, perdeu a vida de forma muito prematura.

A perda da vida do nosso Presidente, o homem carismático; o centro da convergência, dinâmico, dedicado a uma causa e impulsionador de acções para o bem-estar de todos, deixa um enorme vazio não só para o MDM, que tem conquistado o espaço político com mérito, trabalho, disciplina e organização, mas também para Moçambique inteiro e todos aqueles que pugnam pela justiça, igualdade e bem-estar social. A sua obra será sempre recordada e celebrada. Só nos resta pedir a Deus que a sua alma descanse em Paz, na esperança de que espiritualmente, estaremos sempre juntos, fazendo valer os seus ideais.

Como Bancada Parlamentar queremos manifestar os nossos agradecimentos a Sua Excelência Senhora Presidente da Assembleia da República, aos Senhores Chefes das Bancadas Parlamentares da Frelimo e da Renamo pela solidariedade naqueles dias difíceis. Queremos também agradecer as Vossas mensagens de condolências e encorajamento.

Como companheiros da jornada política, faremos tudo ao nosso alcance para materializar o projecto político de um Moçambique para todos assente em valores da democracia, liberdade, boa governação e inclusão social, política e económica.

Excelências,

Neste momento solene do encerramento desta III Sessão Ordinária da Assembleia da República, gostaríamos de renovar o nosso compromisso com os Moçambicanos na defesa dos seus interesses, e reafirmar que faremos tudo para que a voz do povo chegue nesta casa.

Uma mensagem de encorajamento a Juventude para que tome o seu lugar para que se possa alcançar a independência económica, a condição necessária para o desenvolvimento nacional e criação de oportunidades e geração de empregos.

Uma palavra especial aos nossos concidadãos: vamos todos cumprir com as medidas de prevenção para proteger aos nossos mais próximos, as nossas famílias, as nossas crianças, as nossas comunidades, e a nossa nação da Covid-19.

A terminar queremos agradecer toda assistência sanitária e médica dada durante a nossa participação nesta sessão e apoio por parte do pessoal do Secretariado Geral da Assembleia da República, Assistentes das Bancadas Parlamentares, Pessoal

da Segurança, Motoristas e de todos aqueles que trabalharam para garantir um ambiente são e higiénico. O nosso obrigado.

Finalmente, queremos desejar a todos deputados e deputadas um bom regresso para o convívio familiar.

Moçambique Para Todos!

Obrigado pela atenção prestada.

Lutero Chimbirombiro Simango

Chefe da Bancada Parlamentar do MDM

Maputo, 14 de Maio de 2021.